



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º. 21/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETTE:-----

-----Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----O Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes eleito pelo PS, não esteve presente na Reunião por motivo profissional, tendo a Câmara considerado justificada a falta.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho n.º. 10/2017, de 5 julho, secretariada por Rosa Maria Ferreira Breda, Coordenadora Técnica.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/09/2017:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 06/09/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o n.º. 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação a Vereadora, Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS, por não ter estado presente na Reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor informou que foi entregue a proposta preliminar de delimitação da Reserva Ecológica Nacional, adjudicada e elaborada pelo Gabinete FMC – Fernanda Maria Costa Unipessoal, Lda. no âmbito da Revisão do PDM .-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº.177, referente ao dia 19/09/2017 que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes três (3) ofícios referências 401, 402 e 403 datados de 12/09/2017, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua 4ª. sessão ordinária de 2017, realizada no pretérito dia 8 de setembro, tomou as seguintes decisões:-----

-----Aprovou por maioria com vinte e dois (22) votos a favor, sendo catorze (14) do Grupo do PS e (oito) 8 do Grupo do PPD/PSD, e duas (2) abstenções do CDS-PP a Nomeação do Revisor Oficial de Contas.-----

-----Tomou conhecimento do Relatório de Auditoria – Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município – 1º. Semestre e fez algumas considerações, nomeadamente sobre a taxa de execução do PPI.-----

-----Tomou conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais ao abrigo da autorização Prévia Genérica concedida pela Assembleia Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-SOGILUB – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.-----

-----Foi presente a comunicação enviada por e-mail, de 7/09/2017, da SOGILUB – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos e Lubrificantes Usados, Lda. através da qual informa que se dedica à prestação de serviços de gestão integrada de óleos lubrificantes usados, sendo a entidade responsável, em Portugal, pelo Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (Sigou), conforme Licença concedida em 30/04/2015, por via da publicação do Diário da República, 2ª. Série, nº. 84, do Despacho nº. 4383/2015, de 21 de abril de 2015, dos Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia – Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e da Economia e do Ambiente, válida até 31 de dezembro de 2019.-----

-----A SOGILUB – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos e Lubrificantes Usados, Lda. na qualidade de entidade gestora do SIGOU, controla uma rede nacional de operadores autorizados pelas entidades competentes para a receção/tratamento de óleos lubrificantes usados.-----

-----Nos termos da referida licença pode promover sinergias, através de protocolos de colaboração e/ou acordos com outras entidades, com vista ao cumprimento das metas de regeneração, reciclagem e de valorização identificados no subcapítulo 1.3.1. da Licença.-----

-----Nesse sentido e com vista à gestão ambientalmente equilibrada de óleos lubrificantes usados produzidos pelos serviços das Câmaras concebeu o Projeto DIY, propondo assim a adesão desta Câmara ao mesmo e remetendo para efeito minuta de protocolo de cooperação.---

-----A assinatura de Protocolo prevê a cedência gratuita de óleo com o objetivo de promover o correto encaminhamento dos óleos lubrificantes usados pelos serviços da Câmara pelos cidadãos que o detenham em pequena quantidade.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade não aderir ao Protocolo considerando que a Associação de Municípios do Planalto Beirão vai desenvolver o mesmo serviço.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-SERVIÇOS DE APOIO FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ASE):-----

5.1.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução do Fornecimento de Refeição ao 1º. CEB:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 23/08/2017 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem como objetivo o fornecimento de refeições às 257 crianças que irão frequentar o 1º.CEB, nas instalações do Centro Educativo até ao final de 2017.-----

-----A razão pela qual o Protocolo é válido de setembro a dezembro 2017, prende-se com o facto de que poderão surgir durante aquele período alterações às condições inerentes ao fornecimento das refeições, que, após a respetiva avaliação, poderão justificar que se proceda a alteração das obrigações entre as partes da parceria.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre as refeições escolares fornecidas a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Assim, a Câmara irá:-----

-----Comparticipar em um euro e noventa cêntimos (1,90€), acrescido de IVA à taxa de 13%, por refeição das duzentos e cinquenta e sete (257) crianças matriculadas no 1º. CEB, podendo este número sofrer alteração.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos, a despesa estima-se no montante de quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos (42.546,35 €), com IVA incluído, podendo haver oscilação para menos uma vez que a despesa a pagar é a resultante das refeições efetivamente servidas diariamente às crianças durante os setenta e sete



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(77) dias de atividade letiva até ao final de 2017.-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o número 18227 e lançado o compromisso sob o número 19009/2017.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo.---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo.-----

5.1.2.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário):-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 23/08/2017 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa de Mortágua e que tem como objetivo execução dos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeições) das cento e trinta e uma (131) crianças que frequentam o Ensino Pré-Escolar, que se desenvolvem nas instalações do Centro Educativo até ao final de 2017.-----

-----A razão pela qual o Protocolo é válido de setembro a dezembro 2017, prende-se com o facto de que poderão surgir durante aquele período alterações às condições inerentes à execução daqueles serviços, que, após a respetiva avaliação, poderão justificar que se proceda a alteração das obrigações entre as partes da parceria.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre as refeições escolares fornecidas e prolongamento de horário a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto. -----

-----Assim a Câmara irá:-----

-----Comparticipar no custo das atividades de apoio à família, transferindo o mesmo valor do Acordo celebrado entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

o Município de trinta euros e noventa e nove cêntimos (30,99 €), acrescido de IVA a 23%, por criança e por mês, pelos serviços da Componente de Prolongamento de Horário das cento e trinta e uma crianças (131) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário.-----

-----Comparticipar em um euro e noventa cêntimos (1,90€), acrescido de IVA a 13%, por refeição, das cento e trinta e uma (131) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário, podendo este número sofrer alteração;-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em dezanove mil novecentos e setenta e três euros e sessenta e sete cêntimos (19.973,67 €) para o prolongamento de horário e vinte e um mil cento e noventa e um euros e quarenta cêntimos (21.191,40 €) para o fornecimento de refeição podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante da frequência efetiva diária das crianças nos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeição) durante os setenta e sete (77) dias de atividade letiva.-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob os números 18229 e 18228 do corrente ano e lançado o compromisso, respetivamente sob os números 19011/2017 e 19010/2017.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo.---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo.-----

5.2.-TRANSPORTES ESCOLARES:-----

5.2.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para o Transporte de alunos:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 23/08/2017 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem por objeto a prestação por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, de serviços de transporte para o Centro Educativo de Mortágua de quarenta e uma (41) crianças, de várias povoações das Freguesias de Espinho, Pala e Sobral,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que frequentam o Ensino Pré – Primário, o 1º. Ciclo do Ensino Básico, o 2º. Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário até ao final de 2017.-----

-----A razão pela qual o Protocolo é válido de setembro a dezembro 2017, prende-se com o facto de que poderão surgir durante aquele período alterações às condições inerentes à execução daqueles serviços, que, após a respetiva avaliação, poderão justificar a que se proceda a alteração das obrigações entre as partes da parceria.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre a realização de transportes escolares a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Considerando que durante os setenta e sete (77) dias de calendário letivo são efetuados cento e quarenta e sete (147) quilómetros, por dia, totalizando onze mil trezentos e dezanove (11.319) quilómetros, o Município irá compartilhar os custos do transporte com oitenta cêntimos (0,80€), acrescido de IVA, por quilómetro o que perfaz o montante onze mil e noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos (11.092,62 €), a transferir em quatro (4) mensalidades.-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o n.º 18230 do corrente ano e lançado o compromisso sob o n.º 19012/2017.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar o presente Protocolo.---

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo.-----

5.3.-JUVENTUDE:-----

5.3.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura n.ºs 39 e 40 de 2017 para atribuição do Incentivo à Natalidade e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.3.2.-Da Escola Agarra a Vida - Proposta do Plano de Ação para o Ano Letivo de 2017/2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Plano de Ação para o ano letivo de 2017/2018 do Projeto “Da Escola, Agarra a Vida”, direcionado aos alunos das escolas EB 2,3 e Secundária de Mortágua e 1º. Ciclo, e que tem um Orçamento previsional de cinquenta e três mil setecentos e cinquenta e oito euros e vinte e oito cêntimos (53.758,28 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado a assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Ação.-----

6. -ACÇÃO SOCIAL:-----

6.1.-TRANSFERÊNCIA PARA AS IPSS - Apoio para Atividades/Investimentos:-----

6.1.1.-Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual Escola de Cães Guia para Cegos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência GED 45/2017, de 03/08/2017, da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual – Escola de Cães – Guia para Cegos de Mortágua, informando da necessidade de realização de obras de correção estrutural no seu edifício sede e aquisição de uma nova carrinha, para substituição da existente com mais de dez (10) anos e quatrocentos e cinquenta mil quilómetros (450.000 km), e que apresenta vários problemas mecânicos e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal, considerando que é uma associação de âmbito nacional que concretiza os seus objetivos específicos, somente através do apoio do Estado e do Município e da contribuição dos seus sócios e da angariação de fundos que vai conseguindo fazer através da realização de diversos tipos de ação.-----

-----Assim, pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: “Considerando que a Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual é uma Instituição de Solidariedade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Social do Concelho, tendo sido esta Câmara Municipal parceira na criação da sua Escola de Cães Guia para Cegos, única no País.-----

-----Considerando que para além do valor inegável na procura de resolução de um problema específico é de realçar aspeto inovador deste projeto e o bom exemplo de solidariedade que é dado pelos parceiros não institucionais, as famílias de acolhimento dos cães, e que se encontram em todos os pontos do País.-----

-----Considerando que a Associação não dispõe de quaisquer recursos financeiros próprios para apoio às despesas inerentes à prossecução dos seus objetivos.-----

-----Considerando que a área de atividade da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do n.º 1, do art.º 3.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos das IPSS” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 20.000,00 € para apoio a investimentos”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2017/5036 - Apoio a Investimentos e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 080701 “Entidades sem Fins Lucrativos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Não participou na votação o Vereador Dr. João Pedro de Almeida Rodrigues da Fonseca por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação. -----

6.1.2.- Santa Casa da Misericórdia de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício referência 153, de 21/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua dando conhecimento que no corrente ano realizaram investimentos avultados na melhoria dos serviços existentes, e consideração a prática de apoio da Câmara Municipal às Instituições que desenvolvem serviços destinados à população socialmente mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

vulneráveis do Concelho solicita o apoio financeiro da autarquia.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que as atividades que a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua vem desenvolvendo na área social são muito importantes para o bem – estar da população e o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Considerando o número de utentes, 313, distribuídos pelas várias valências daquele Instituição, ou seja: 55 em Lar de Idosos; 106 em apoio domiciliário; 34 em Centro de Dia; 39 em Creche; Unidade Cuidados Continuados Integrados – 27; Centro de Atividades Ocupacionais Pessoas Portadores de Deficiência (CAO) – 28; Lar Residencial de Pessoas Portadores de Deficiência - 24, não se contabilizando os serviços de refeição e ATL do Ensino Pré-Escolar e 1º. CEB Protocolados com o Município.-----

-----Considerando que a área de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos/Atividades das IPSS” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 20.000,00 € para apoio a investimentos na área da emergência em todas as suas instalações”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2017/5037 - Apoio para Atividades e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas respetivamente 080701.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. Regulamento do Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Não participou na votação a Senhora Vereadora Drª. Márcia Maria dos Santos Lopes, eleita pelo PS, nos termos do número 5, do artigo 83º. do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei nº. 145/2015, de 9 de setembro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

7.1.-APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL:-----

7.1.1.-Cedência de Utilização de espaço no Ninho de Empresas de Mortágua para instalação de Projeto de Incubadora Virtual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente, depois de verificada a sua conformidade prevista no Regulamento do Ninho, a informação de avaliação efetuada à candidatura, apresentada ao Ninho de Empresas de Mortágua do: -----

-----Processo de candidatura 27/08/17 - Tecnologia e Equipamentos Termodinâmicos, Unipessoal, Lda. que tem como objeto constituir uma empresa na área do Desporto e Animação Turística. -----

-----Sobre processo foi exarada pela técnica adstrita ao GDE, em 30/08/2017, a seguinte informação:-----

-----“Trata-se de uma candidatura apresentada por Carlos Eduardo de Sousa Pinto Fernandes, residente em Santa Comba Dão, Daniel Varela Sousa, residente em Santa Comba Dão e Nuno Rodrigues Almeida Gomes Cruz, também residente em Santa Comba Dão, com vista à constituição e arranque de uma empresa no Concelho de Mortágua e que solicita a possibilidade da sua sede no Ninho de Empresas de Mortágua.-----

-----Trata-se de um Projecto Empresarial para a criação a curto prazo de uma empresa de Prestação de Serviços na área Educativa, de Recreação e Desportiva, promovida por jovens qualificados na área do Desporto, com experiência a curto prazo, em Mortágua, e para intervenção maioritariamente no Concelho de Mortágua, dando como sede o Ninho de Empresas de Mortágua e excluindo a curto prazo a necessidade de incubação física.-----

-----Tratando-se de uma candidatura, de uma nova empresa a criar em Mortágua, que não prevê a necessidade de ocupação de espaço físico, mas apenas da “incubação virtual”, com disponibilização de endereço postal para localização de sede e uma vez que nos termos do Regulamento do Ninho de Empresas de Mortágua essa situação não se encontra prevista, estipulando o Artigo 7º. No seu n.º 1 que “a decisão sobre acesso e instalação no Ninho de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Empresas de Mortágua caberá à Câmara Municipal através de deliberação” e no n.º 2 de que “da decisão não haverá recurso, cabendo à Câmara Municipal interpretar as dívidas e omissões do regulamento”, coloco a candidatura em questão à Consideração Superior”.-----

-----Mais informo, que atualmente não há qualquer sala disponível para incubação física. No entanto, sendo a deliberação favorável à “incubação virtual”, será possível disponibilizar uma caixa de correio para a empresa, sendo, no entanto, necessário estipular qual os moldes em que deverá ser celebrado o contrato e qual o preço a cobrar por este tipo de serviços”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a candidatura de domiciliação da sede da empresa a constituir no Ninho de Empresas, mediante o pagamento do preço de trinta euros (30,00€) mês e nos termos do contrato a celebrar.-----

7.2.-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA:-----

7.2.1.-Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos da Região de Coimbra:-----

-----Pelo Senhor enviado e Presidente foi presente o correio eletrónico enviado em 13/09/2017, pela CIM Região de Coimbra, a remeter, no seguimento da aprovação do Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos (PIGR), na Reunião do Conselho Intermunicipal de 3/08/2017, o Diagnóstico, o Plano e Resumo não Técnico.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

8.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

8.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:-----

8.1.1.-Proposta para Execução de Trabalhos a Mais na Empreitada:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 18/09/2017 sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“Assunto: Recuperação e Valorização da Ribeira da Fraga – Percorso Pedestre – Trabalhos a mais/imprevistos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Informo V. Ex.^a. que, estando a decorrer as obras de execução de “Recuperação e Valorização da Ribeira da Fraga – Percurso Pedestre”, adjudicada à firma “Edibest, Ld.^a.” se constatou que há necessidade de executar trabalhos a mais/imprevistos no respetivo contrato.-----

-----Tais trabalhos, de pormenor, devidos, sobretudo a 2 fatores:-----

-----Ampliação da zona de início do percurso (Barril), com a aquisição de 2 parcelas de terreno;-----

-----Levantamento que serviu de base ao projeto (fotografia aérea), não “detetou”, devido a vegetação existente, necessidade de se intervir em alguns pontos do traçado – sobretudo na recuperação de margens.-----

-----O mapa de trabalhos a mais/imprevistos constam do quadro anexo.-----

-----Mais informo que com as medições finais dos trabalhos constantes do projeto verifica-se que foi necessário proceder à execução de trabalhos a mais de natureza contratual e discriminados na folha em anexo, cujo valor total é de 12.550,30 €.-----

-----Solicitei ao empreiteiro preços para os trabalhos a mais, cuja espécie e quantidades não se encontram previstas no contrato (em anexo). O valor total proposto é de 2.029,50 €.-----

-----O preço é aceitável, atendendo aos valores praticados na região para este tipo e volume de trabalhos, bem como concursos públicos recentes.-----

-----Atendendo a que:-----

-----1) Esses trabalhos a mais/imprevistos tornam-se absolutamente necessários à execução da obra, na sequência de uma circunstância imprevista;-----

-----2) Os trabalhos a mais/imprevistos necessários não podem ser tecnicamente separáveis do objeto do contrato sem graves inconvenientes para o município;-----

-----3) O contrato foi celebrado através de concurso público;-----

-----4) O valor dos trabalhos a mais/imprevistos somado o preço contrato não ultrapassa o limiar da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu;-----

-----5) O preço dos trabalhos a mais não ultrapassa 40% do valor contratual (272.225,82



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Euros).-----

-----Assim, os trabalhos a mais necessários reúnem os requisitos exigidos para a sua execução nos termos do artº. 370º. do CCP, com a alteração introduzida pelo Dec. Lei 149/2012, de 12 de Julho.-----

-----O prazo para a execução dos trabalhos será de 10 dias”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar a execução dos trabalhos a mais e imprevistos, bem como o mapa de espécie e quantidades e respetivo valor, devendo proceder-se à respetiva notificação ao adjudicatário da obra.-----

8.1.2.-Indemnização de danos causados em terrenos de Marco Paulo dos Santos Martins e de Heleno Martins de Almeida:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 16/09/2017, sobre o assunto supra referido:-----

-----“Informo V. Exª. que, é necessário proceder a indemnizações devidas a proprietários de terrenos no percurso pedestre Barril – Parque Verde, por destruição de árvores e culturas existentes. Assim:-----

-----Marco Paulo dos Santos Martins: 1.000 Euros:-----

-----15 videiras de bom vigor vegetativo: $15 \times 25\text{€} = 375 \text{€}$ + muro destruído em pedra com uma área de aproximadamente 24.5 m^2 : $24.5 \times 25\text{€} = 612,50 \text{€}$ + destruição de 3 postes em pedra (corrimão de videiras) = 12.5€ .-----

-----Heleno Martins de Almeida: 250 euros :10 videiras de bom vigor vegetativo : $10 \times 25\text{€} = 250\text{€}$ ”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o pagamento das indemnizações conforme informação do Chefe da Divisão de Conservação do Território e Serviços Gerais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-ADMINISTRAÇÃO:

9.1- MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017:-

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – setenta e sete mil euros (77.000,00 €).-----

-----Anulação despesas de capital – noventa e um mil e quinhentos euros (91.500,00 €).-----

-----Reforço despesas correntes – catorze mil e quinhentos euros (14.500,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – zero euros (0,0 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

9.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2017:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – dez mil euros (10.000,00 €).-----

-----Modificação de Financiamento não definido – dez mil euros (10.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.3.-PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PROMOVIDO PELA CIM-RC PARA ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT) DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA – Seguro Caução:-----

-----O Senhor Presidente informou que a Câmara deliberou na Reunião de Câmara ordinária, realizada em 2/08/2017, adjudicar à empresa EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A. o “elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) do Município de Mortágua (onde se inclui a iluminação pública) Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão especial, do Município de Mortágua, ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade, promovido pela CIM-RC”, nos termos da proposta apresentada pelo valor global de um milhão trezentos e sessenta e dois mil cento e quarenta e seis centimos (1.362.146,46)a acrescer o IVA, como a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal, depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.-----

-----Assim, verificando-se que o adjudicatário comprovou a celebração de uma caução, em 1/09/2017, no valor de sessenta e oito mil cento e sete euros e trinta e dois centimos (68.107,32 €), através de Declaração de Seguro de Caução nº. 201709001 apólice CA 30003415, da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. para garantir a celebração do Contrato acima citado, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (art. 88.º e 98.º nº 1 do DL n.º 18/2008, de 29/1), foi presente pelo Senhor Presidente a respetiva minuta do contrato para efeitos de aprovação pela Câmara.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Minuta do Contrato .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.4.-PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DO TERRENO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CERDEIRA- Adjudicação definitiva:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública, realizada em 18/09/2017, para venda do Terreno urbano, da antiga captação de abastecimento de água de Cerdeira, localizado em Cerdeira, com a área de 700,00 m2, confrontando a Norte e Nascente com Manuel Vieira, Sul com caminho, Nascente e Poente com a barroca, inscrito na matriz Predial Urbana da Freguesia de Trezoi sob o artigo 534; e Descrito na Conservatório do Registo Predial de Mortágua com o nº. 00124.-----

-----Foi arrematado provisoriamente nos termos do nº.4 do artigo 8º. do Regulamento da Hasta Pública, pelo valor de mil e sessenta euros (1.060,00 €) à Senhora Maria Suzete Morais Bento Mauricio, residente em Rua Principal, nº.1 Cerdeira, 3450 381 Mortágua, contribuinte nº. 15115177.-----

-----Conforme o Auto de arrematação, em cumprimento do disposto no nº.1, alínea a) do artigo 9º. do aludido regulamento, o adjudicatário entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do valor da adjudicação a título de sinal e principio de pagamento.-----

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade, nos termos artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, aprovar a adjudicação definitiva do terreno supra identificado, devendo de acordo com o mesmo artigo do Regulamento, a escritura de compra e venda do terreno realizar-se no prazo de trinta (30) dias contados da data da notificação da adjudicação.-----

10.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

10.1.-PROCESSO Nº. 06/2017/4 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2017/4 em que é requerente a Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala, com sede Estrada Nacional 334-1, nº.1, Pala, 3450 – 309 MORTÁGUA, com o número fiscal de contribuinte 501543368, através do qual vêm requerer ao abrigo do artigo 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

repblicado pelo Decreto – Lei nº. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão destaque de parcela de terreno sito em Pala inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 9975 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 5296.-----

-----O terreno tem a área de 30.710 m2, confronta de norte com José Rodrigues, de nascente com Rio, de sul com caminho, Poente com Paulo Cancela de Abreu e Viso.-----

-----A parcela a destacar com a área de 1680 m2, confrontando de norte com arruamento público e parque de estacionamento, nascente com Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala, de Sul com Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala, Poente com Fábrica da Igreja da Freguesia de Pala.-----

-----Parcela Restante com a área de 29030 m2, confrontando de norte José Rodrigues e parcela a destacar; nascente com Rio, de Sul com caminho, poente com Paulo Cancela de Abreu e Viso.-----

-----Sobre o processo o Chefe de Divisão de Administração do Território, emitiu em 31/08/2017 Parecer Técnico que conclui “*Atendendo a que a parcela em causa se situa em “perímetro urbano” e as parcelas que resultam do destaque confrontam com arruamentos/espacos públicos, nada há a opor ao deferimento da pretensão*”.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo Parecer Técnico, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão.-----

10.2.-REQUERIMENTO Nº.01/2017/563 PARA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. 01/2017/55 – CONSTRUÇÃO NOVA – MORADIA, MUROS DE VEDAÇÃO, ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento de Gonçalo Rafael Mortágua Simões registado com o nº. 02/2017/563 solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e vinte e nove euros e catorze centimos (929,14 €) e da TMU de mil e vinte e oito euros e cinquenta e nove centimos (1.028,59 €), do processo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº01/2017/55 - Construção Nova - Moradia e Muro de Vedação, sita na Rua da Curva do Pereiro, no Moitinho, Freguesia de Pala.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do art.º 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a concessão a Gonçalo Rafael Mortágua Simões da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e vinte e nove euros e catorze cêntimos (929,14 €) e da TMU de mil e vinte e oito euros e cinquenta e nove cêntimos (1.028,59 €), do processo nº01/2017/55 - Construção Nova - Moradia e Muro de Vedação, sita na Rua da Curva do Pereiro, no Moitinho, Freguesia de Pala. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Município.-----

-----E, nada a mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Breda Secretário do Órgão
e pelo Senhor Presidente.-----